



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA  
CURSO DE FILOSOFIA

JOÃO PEDRO DA SILVA SENA

**A METAFÍSICA IDEALISTA DE BERKELEY**

CAMPINA GRANDE

2018

JOÃO PEDRO DA SILVA SENA

**A METAFÍSICA IDEALISTA DE BERKELEY**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Licenciatura plena em Filosofia, da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para a obtenção do Grau de Licenciatura em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Julio Cesar Kestering

CAMPINA GRANDE

2018

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S474m Sena, Joao Pedro da Silva.  
A metafísica idealista de Berkeley [manuscrito] : / Joao Pedro da Silva Sena. - 2018.  
24 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Filosofia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2018.

"Orientação : Prof. Dr. Julio Cesar Kesting, Coordenação do Curso de Filosofia - CEDUC."

1. Metafísica. 2. Idealismo dogmático. 3. Berkelianismo.

21. ed. CDD 110

JOÃO PEDRO DA SILVA SENA

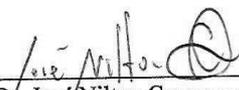
**A METAFÍSICA IDEALISTA DE BERKELEY**

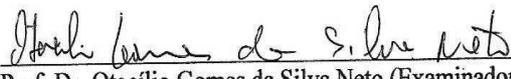
Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Licenciatura plena em Filosofia, da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para a obtenção do Grau de Licenciatura em Filosofia.

Aprovado em: 24/04/2018.

BANCA EXAMINADORA

  
Prof. Dr. Julio Cesar Kesting (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
Prof. Dr. José Nilton Conserva de Arruda (Examinador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
Prof. Dr. Otacílio Gomes da Silva Neto (Examinador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

## **Resumo**

O trabalho que se segue possui como título *A metafísica idealista de Berkeley*. Neste propomos conhecer melhor o pensamento filosófico de Berkeley, ou seja, seu idealismo dogmático. Primeiramente colocamos em destaque na nossa pesquisa as bases metafísicas que revolucionaram a ciência moderna, para em seguida analisarmos a repercussão que esta teve também no campo da formação da filosofia moderna. Por fim, através de uma análise mais detalhada da obra maior do filósofo irlandês intitulada *Tratado sobre os princípios do conhecimento humano*, discutiremos as principais teses da metafísica idealista de Berkeley seguindo respectivamente as seguintes teses: negação das ideias abstratas, negação da diferenciação entre qualidades primárias e qualidades secundárias, negação da ideia da substância material ou o imaterialismo metafísico de Berkeley, o grande princípio da metafísica berkeleyana: *esse est percipi* e Deus e as leis da natureza. O trabalho é finalizado com algumas considerações acerca da temática desenvolvida na pesquisa.

**Palavras-chave:** Berkeley; Metafísica; Idealismo.

## Introdução

Kant, na sua obra *Prolegômenos a toda metafísica futura que possa aprese*  
*se como ciência*, publicada no ano 1783, apresenta-nos “a proposição de todos os  
idealistas genuínos, desde a escola eleática até o bispo Berkeley” da seguinte form  
“Todo o conhecimento através dos sentidos e da experiência nada mais é do que pu  
ilusão, e somente nas ideias do puro entendimento ou razão existe verdade”.<sup>1</sup> Já na  
segunda edição da obra *Crítica da razão pura* de 1787 diferenciava duas tendências  
presentes no idealismo moderno: “o primeiro é o idealismo *problemático de Descartes*,  
que só admite como indubitável um única afirmação empírica (assertio), a saber, *eu sou*;  
o segundo é o idealismo *dogmático de Berkeley*, que considera impossível em si o  
espaço, com todas as coisas de que é condição inseparável, sendo, por conseguinte,  
simples ficções as coisas no espaço”.<sup>2</sup> A estes idealismos o filósofo de Königsberg  
propõe o seu próprio, chamando-o de *idealismo transcendental*, ou seja, um idealismo  
transcendental que seja também um realismo empírico, isto é, aquele idealismo que  
prova “que, mesmo a nossa experiência interna, indubitável para Descartes, só é  
possível mediante o pressuposto da experiência externa”.<sup>3</sup> Nos *Prolegômenos* ele  
expressa seu posicionamento através da seguinte proposição: “Todo o conhecimento de  
coisas meramente oriundo do entendimento puro ou da razão pura não passa de pura e  
simples ilusão, e só na experiência existe verdade”. Caygill, no *Dicionário Kant*,  
resume o posicionamento de Kant acerca do idealismo transcendental, da seguinte  
forma:

O terreno no qual Kant defendeu seu idealismo ‘transcendental’ ou ‘crítico’  
consistiu nas formas de intuição e no caráter do ‘eu’. Para o idealismo  
transcendental é axiomática que ‘os objetos da experiência... *não são nunca  
dados em si*, mas apenas na experiência, e fora dela não existem’ [...]. Os  
objetos no espaço da intuição exterior e os no tempo da intuição interior, não  
podem estar presentes sem essas formas da intuição. Mas, acrescenta Kant,  
‘esse espaço, em conjunto com este tempo, e juntamente com ambos todas as  
aparências, não são em si coisas [como um realista transcendental  
pretenderia], são unicamente representações que não podem existir fora do  
nosso espírito’ [...]. De uma forma semelhante, os conceitos puros do  
entendimento gerados pela espontaneidade do eu não são em si mesmos

---

<sup>1</sup> KANT, 1968, p. 373.

<sup>2</sup> KANT, 1994, p. 243.

<sup>3</sup> KANT, 1994, p. 243.

coisas, mas as condições da possibilidade das coisas. Ambas as formas de intuição e os conceitos do entendimento originam-se no sujeito e podem assim ser descritos como ‘idealistas’, porém o modo como organizam a experiência é objetivamente válido. Embora possa ser possível postular correlatos objetivos como subjacentes nas aparências do sujeito e dos objetos da experiência num ‘sujeito transcendental’ e num ‘objeto transcendental’, estes não são necessários, em absoluto, para garantir as reivindicações do idealismo transcendental ou crítico. (CAYGILL, 2000, p. 177).

Sabemos da importância de Kant, e assim, do idealismo transcendental, na formação da filosofia schopenhaueriana. Schopenhauer acreditava, inicialmente, expressar a essência do kantianismo ao iniciar a obra *O mundo como vontade e como representação*, de 1819, com a seguinte tese: “O mundo é minha representação”.<sup>4</sup> Na página seguinte, Schopenhauer continua suas exposições filosóficas, declarando, então, expressamente sua admiração pelo idealismo berkeleyano: “O mundo é representação. Nova essa verdade não é. Ela se encontrava nas considerações céticas das quais partiu Descartes. Berkeley, no entanto, foi o primeiro que a expressou decididamente, e prestou assim um serviço imortal à filosofia”.<sup>5</sup>

Comumente chama-se também de idealismo a grande corrente filosófica romântica que se formou na Alemanha após Kant. Fichte e Schelling, nas pegadas da filosofia kantiana, foram seus fundadores, cujo idealismo é conhecido como transcendental, subjetivo ou absoluto. Hegel, que também chama de subjetivo e absoluto seu idealismo, esclarece seu princípio do seguinte modo na *Lógica*:

A proposição de que o finito é o ideal constitui o idealismo. O idealismo da filosofia consiste apenas nisto: em não reconhecer o finito como verdadeiro ser. Toda filosofia é essencialmente idealismo, ou pelo menos tem o idealismo como princípio: trata-se apenas de saber até que ponto esse princípio está efetivamente realizado. A filosofia é Idealismo tanto quanto religião. (HEGEL, 1993, p. 172).

Penso que o que foi dito anteriormente sobre o idealismo nas suas mais diferentes versões seja suficiente para justificar a importância de nossa pesquisa que se intitula *A metafísica idealista de Berkeley*. O que nos propomos a realizar nesse estudo é

---

<sup>4</sup> SCHOPENHAUER, 2005, p. 43.

<sup>5</sup> SCHOPENHAUER, 2005, p. 44.

conhecer melhor o pensamento filosófico de Berkeley, ou seja, seu idealismo dogmático.

Primeiramente poremos em destaque na nossa pesquisa as bases metafísicas que revolucionaram a ciência moderna, para em seguida analisarmos a repercussão que esta teve também no campo da formação da filosofia moderna. Em seguida, exporemos brevemente os dados biográficos e bibliográficos de Berkeley. Por fim, através de uma análise mais detalhada da obra maior do filósofo irlandês intitulada *Tratado sobre os princípios do conhecimento humano*, discutiremos as principais teses da metafísica idealista de Berkeley seguindo respectivamente as seguintes teses: 1) negação das ideias abstratas; 2) negação da diferenciação entre qualidades primárias e qualidades secundárias; 3) negação da ideia da substância material ou o imaterialismo metafísico de Berkeley; 4) o grande princípio da metafísica berkeleyana: *esse est percipi*; e 5) Deus e as leis da natureza. Finalizaremos nossa pesquisa com algumas considerações.

### **Bases metafísicas da ciência moderna**

O pensamento filosófico de George Berkeley (1685-1735) é inserido normalmente no movimento empirista britânico, o qual possui ainda pensadores muito conhecidos da tradição filosófica ocidental como Francis Bacon (1561-1626), John Locke (1632-1704) e David Hume (1711-1776), esse último considerado o seu maior expoente; situa-se, pois, no início da filosofia moderna (séculos XVII e XVIII), conhecida, por sua vez, pelo alto nível de atividade filosófica e pelos desenvolvimentos significativos na ciência, na religião e na cultura.<sup>6</sup> Para entendermos quais as razões que levam Berkeley a ser classificado como empirista – e em seguida, apresentarmos sua metafísica idealista, o que parece entrar em contradição visível com o empirismo –, faz jus, primeiramente, que começamos nossas reflexões apresentando alguns elementos metafísicos acerca da revolução científica que ocorreu na época e que, posteriormente, teve uma influência profunda na formulação das diferentes escolas da época, como veremos.

Em 1543 Nicolau Copérnico (1473-1543) publicou as *Revoluções dos orbes celestes*, trabalho censurado pela Inquisição; nele o autor argumentava a favor do

---

<sup>6</sup> Cf. COVENTRY, 2009, p. 26.

heliocêntrismo, ou seja, colocava o sol como o centro do sistema solar e os fatos da astronomia em uma ordem matemática mais simples e harmoniosa. Desta forma, dava-se origem à fuga dos centros anteriores (antigo-medievais) do interesse humano e uma busca de algo novo para as ciências: “Os limites do conhecimento humano tradicional repentinamente pareceram pequenos e pobres; os pensamentos dos homens passaram a acostumar-se com a ampliação constante de seus horizontes”.<sup>7</sup>

Nas sendas do pensamento de Copérnico, o astrônomo alemão Johannes Kepler (1571-1630) e o cientista italiano Galileu Galilei (1564-1642) contribuíram significativamente para o crescimento da ciência. Kepler ampliou, assim como Galileu, os princípios matemáticos à astronomia, formulando leis importantes acerca do sistema planetário: “A substituição das órbitas circulares de Ptolomeu, de Copérnico e também de Galileu pelas elipses (1ª lei) e a substituição do movimento uniforme em torno de um centro com a lei das superfícies iguais (2ª lei) são suficientes para eliminar toda a caterva dos excêntricos e dos epiciclos”.<sup>8</sup> Para Galileu, ainda mais que para Kepler, a natureza se apresenta como um sistema simples e ordenado, sendo seus procedimentos absolutamente regulares e inexoravelmente necessários; segundo ele, essa rigorosa necessidade da natureza resulta de seu caráter fundamentalmente matemático: a natureza é o domínio da matemática. Neste sentido afirma Galileu:

A filosofia está escrita nesse grande livro permanentemente aberto diante de nossos olhos – refiro-me ao universo – mas que não podemos compreender sem primeiro conhecer a língua e dominar os símbolos em que está escrito. A linguagem desse livro é a matemática e seus símbolos são triângulos, círculos e outras figuras geométricas, sem cuja ajuda é impossível compreender uma única palavra de seu texto; sem cuja ajuda, vagueia-se em vão por um labirinto escuro. (GALILEU, Opere complete, Florença, 1842, p. 171).

Entre os muitos inventos construídos por Galileu está o telescópio; ele também formulou leis de aceleração e dinâmica. Em 1632, após a publicação da obra *Diálogo sobre os dois maiores sistemas*, a Igreja católica censurou Galileu; e a teoria defendida pelo cientista nesta obra também o levou ao julgamento (acusação de heresia) e à condenação em 1633. Galileu foi forçado a abjurar: “abjuro, maldigo e detesto os

---

<sup>7</sup> BURTT, 1983, p. 32.

<sup>8</sup> REALE/ANTISERI, 1990, p. 244.

referidos erros e heresias e, em geral, todo e qualquer outro erro, heresia e seita contrárias à santa Igreja”.<sup>9</sup>

Isaac Newton (1642-1727) revolucionou a ciência da época com suas próprias leis de movimento e sua teoria da gravidade “na qual combinou as leis de Kepler sobre o movimento planetário e a lei de Galileu sobre a queda dos corpos, na lei única da atração gravitacional”.<sup>10</sup>Sua obra mais famosa, publicada em 1687, chama-se *Philosophiaenaturalis principia mathematica*; ela é considerada um dos acontecimentos mais importantes de toda a história da física: “Esse livro pode ser considerado o ponto culminante de milhares de anos de esforços para compreender a dinâmica do universo, os princípios da força e o movimento e a física dos corpos em movimento em meios diversos”.<sup>11</sup>Após a publicação dessa obra,

[...] Newton tomou conta da Europa e quase todos sucumbiram à sua influência. Onde quer que a fórmula universal de gravitação fosse divulgada como verdade, também insinuava-se uma sombria crença em que *o homem não passava de um espectador insignificante*, ou melhor, *de um produto irrelevante de uma engrenagem infinita autogovernada, que existiu eternamente antes dele e que existira eternamente depois, que abrigava em si o rigor das relações matemáticas e bania à impotência todas as fantasias idealistas*; uma engrenagem que consistia de massas brutas, vagueando sem propósito num tempo e num espaço irrelatáveis, e desprovida, em geral, de quaisquer qualidades que pudessem importar em satisfação dos interesses maiores da natureza humana, salvo apenas o objetivo principal do físico matemático. (BURTT, 1983, p. 232. A acentuação itálica é nossa).

Opostamente aos pensadores do período medieval que se fixavam na leitura de textos tradicionais, os primeiros cientistas modernos, como pudemos notar, volveram sua atenção à observação, aos experimentos e aos cálculos matemáticos. Os filósofos dessa época, por sua vez, seguindo os passos desses cientistas, também tentaram fundamentar o conhecimento filosófico em bases mais seguras; surgiram, assim, “dois modelos sobre como obtemos nosso conhecimento do mundo: o empirismo e o racionalismo”.<sup>12</sup>

---

<sup>9</sup> GALILEU apud REALE/ANTISERI, 1990, p. 274.

<sup>10</sup> COVENTRY, 2009, p. 27.

<sup>11</sup> REALE/ANTISERI, 1990, p. 290.

<sup>12</sup> COVENTRY, 2009, p. 28.

## **Empirismo e Racionalismo**

O empirismo filosófico, como já dito anteriormente, inclui pensadores como Bacon, Locke, Berkeley e Hume; ele considera o conhecimento humano dependente da experiência: “todo nosso conhecimento provém de nossa percepção do mundo externo, ou do exame da atividade de nossa própria mente”.<sup>13</sup> Já o racionalismo, que possui seu maior expoente na pessoa de René Descartes (1596-1650) e no qual são incluídos outros pensadores como Malebranche (1640-1715), Spinoza (1632-1677) e Leibniz (1646-1716), defende a tese de que a razão “pode, na realidade, ser a fonte de todo conhecimento sobre como é o mundo, privilegiando, portanto, o conhecimento obtido pela razão sobre o conhecimento obtido pela experiência”<sup>14</sup>; põe em evidência, assim, que a experiência pode ser enganosa, não confiável como fonte do conhecimento e deve ser auxiliada ou corrigida pelo uso da razão. Resumidamente poderíamos dizer: se o empirismo começa com a observação e a experiência como nossas fontes de conhecimento, o racionalismo começa com as verdades autoevidentes, base de todo conhecimento seguro. Mas é evidente que esse tipo de diferenciação, bastante grosseira, entre as duas escolas filosóficas possui suas limitações, pois não leva em consideração, antes de tudo, que existam diferenciações manifestas no pensamento de cada filósofo classificado na mesma escola. Locke e Berkeley, por exemplo, acordam quanto ao objeto do conhecimento humano como composto de ideias derivadas da sensação e reflexão; mas, como ainda veremos, Berkeley pretendia livrar a filosofia de Locke no que se refere aos elementos inconsistentes em relação ao empirismo assim como de sua teoria das ideias abstratas e a natureza de um mundo externo. Também existem, além disso, algumas semelhanças de pensamento entre filósofos posicionados em campos opostos: “Descartes e Spinoza enfatizam [também] a importância dos experimentos e observação sensorial na obtenção do conhecimento, e Bacon, Locke e Hume, certamente, não rejeitam o papel da razão em suas filosofias”.<sup>15</sup>

### **Berkeley: desenvolvimento intelectual**

---

<sup>13</sup> MARCONDES, 2002, p. 117.

<sup>14</sup> COVENTRY, 2009, p. 29.

<sup>15</sup> COVENTRY, 2009, p. 30.

Berkeley, nascido em 1685 no sul da Irlanda, levou, aparentemente, uma vida pacata; mas na verdade, depois dos estudos e de atividades acadêmicas em Dublin, viajou por toda a Europa, chegando até no sul da Itália; chegou inclusive a passar alguns anos no novo mundo, pois intencionava realizar um projeto de faculdade nas ilhas Bermudas; após três anos (1728-1731) em RhodeIsland, voltou para casa e desistiu de seus planos; posteriormente a cidade de Berkeley, na Califórnia, foi batizada com seu nome. Após seu retorno, Berkeley foi por dezoito anos Bispo de Cloyne; faleceu no ano 1753 na cidade de Oxford.

Berkeley escreveu seus melhores trabalhos ainda jovem; com apenas vinte e quatro anos, publicou, em 1709, sua obra *Uma nova teoria da visão*. A obra *Tratado sobre os princípios do conhecimento humano* apareceu um ano depois. Mais tarde, em 1713, Berkeley concedeu à sua filosofia uma versão popular na forma de diálogo: *Três diálogos entre Hylas e Philonous*. Segundo Conte,

[...] Berkeley foi, acima de tudo, um brilhante filósofo, cujas preocupações incluem questões epistemológicas, metafísicas, de filosofia da ciência, de psicologia da visão, além de física, matemática, economia, política e moral [...]. Seus argumentos são dignos de nota por sua economia e elegância, o que tem causado admiração, inclusive, entre seus opositores, e encantado muitos filósofos contemporâneos (CONTE, 2010, p. 7).

Na sua *Nova teoria da visão* Berkeley objetivou demonstrar como os seres humanos, através da visão, percebem a distância, a grandeza e a posição dos objetos; chegou ao resultado que elas não seriam qualidades primárias, ou seja, qualidades objetivas das coisas, mas interpretações deles. Quanto a percepção da distância de um objeto, por exemplo, ela “não é algo que reflita uma *distância real*: tal percepção não representa um aspecto do mundo externo, visto que a distância depende das formas de atividade do sujeito”.<sup>16</sup>

No *Tratado sobre os princípios do conhecimento humano* Berkeley critica (veremos isso ainda de forma mais detalhada na nossa pesquisa, assim como outras temáticas fundamentais de sua metafísica idealista presentes nesta obra) sobremaneira o

---

<sup>16</sup> REALE/ANTISERI, 1990, p. 538.

universo newtoniano feito de substância material independente da mente humana, como visto anteriormente, e a psicologia de Locke que admite a tese de que nosso conhecimento seja constituído em grande parte por ideias abstratas.

Nos *Três diálogos* o pensador irlandês insere na conversação dois personagens: Hylas, que faz as vezes do bom senso cientificamente instruído e Philonous, que representa Berkeley. Após fazer algumas observações iniciais, Hylas afirma que ouvira opiniões estranhas acerca das teses defendidas por Philonous, ou seja, que a substância material não existiria: “não existiria no mundo tal coisa como a *substância material*”.<sup>17</sup> Philonous responde que não nega a realidade das coisas sensíveis, isto é, aquilo que é percebido imediatamente pelos sentidos; chega à conclusão de que nada há que seja sensível fora das qualidades sensíveis e as coisas sensíveis não passariam de qualidades sensíveis ou suas combinações. Em seguida, Hylas defende a opinião de que “*Existir é uma coisa; ser percebido é outra*”.<sup>18</sup> Philonous se esforça em provar que é no ser percebido que a realidade das coisas sensíveis consiste. O diálogo prossegue apresentando as principais teses defendidas por Berkeley (representado pelo personagem Philonous): negação da diferenciação entre qualidades primárias e secundárias; tudo que é imediatamente percebido é uma ideia e não pode haver ideia fora da mente; o cérebro, por ser coisa sensível, só existe na mente etc.

### **A metafísica idealista de Berkeley**

Como vimos anteriormente, no ano 1710 apareceu a mais conhecida obra de Berkeley *Tratado sobre os princípios do conhecimento humano*, cuja primeira parte traz o subtítulo *No qual se investigam as principais causas dos erros das dificuldades nas ciências e os fundamentos do ceticismo, do ateísmo e da irreligião*. As principais teses metafísicas defendidas por Berkeley nesta obra, e que a partir de agora pretendemos apresentar de modo mais detalhado, são as seguintes: 1) negação das ideias abstratas defendidas sobremaneira pela teoria do conhecimento de Locke; 2) negação da diferenciação entre qualidades primárias e qualidades secundárias, cuja origem encontra-se no *Il saggiatore* de Galileu<sup>19</sup> e na sexta meditação de Descartes; mas é

---

<sup>17</sup>BERKELEY, 2010, p. 177.

<sup>18</sup>BERKELEY, 2010, p. 181.

<sup>19</sup>Cf. BURTT, 1983, p. 67s.

provável que a expressão mais famosa dessa distinção encontra-se na obra *Ensaio acerca do Entendimento humano* de John Locke; 3) negação da ideia da substância material ou o imaterialismo metafísico de Berkeley; 4) o grande princípio da metafísica berkeleyana: *esse est percipi*; e 5) Deus e as leis da natureza. Nas páginas que se seguem discutiremos cada um desses pontos aqui elencados.

### **Negação das ideias abstratas**

David Hume, no seu *Tratado da natureza humana*, expressa a seguinte opinião sobre a crítica berkeleyana à teoria da abstração: “Considero esta descoberta uma das maiores e mais valiosas feitas recentemente na república das letras”.<sup>20</sup> Nos defrontamos aqui com o principal motivo das disputas entre o pensamento de Locke e aquele de Berkeley, e com os arranjos feitos posteriormente por Hume na sua própria filosofia. Locke, no seu *Ensaio* preocupou-se em explicar como as ideias abstratas ou gerais formavam-se de outras ideias determinadas, ou seja, em explicar a maneira na qual um determinada ideia, assim como uma pessoa, representa uma classe geral de coisas. O filósofo ilustra esse processo através de exemplos.

Não há nada mais evidente do que as ideias das pessoas com as quais as crianças conversam (para ilustrar apenas com elas), as quais são, como as próprias pessoas, particulares. As ideias de ama e de mãe estão bem formadas em suas mentes, são como retratos representando coisas individuais. Os nomes que elas deram inicialmente acham-se limitados por esses indivíduos, e quando as crianças usam os nomes ‘ama’ e ‘mamãe’ são induzidas para aquelas pessoas. Mais tarde, quando o tempo e maior familiaridade levaram-nas a observar que há muitas outras coisas no mundo que têm certa conformidade quanto à forma, e muitas outras qualidades semelhantes às de seu pai e sua mãe, e com base nestas pessoas com as quais se familiarizaram, formam uma ideia, da qual descobrem que participam vários indivíduos; dão, tanto a estas como às outras, o nome ‘homem’, por exemplo. E, desse modo, adquirem um nome geral e uma ideia geral. No que diz respeito a elas, nada de novo é realizado, tendo apenas sido excluídas das ideias complexas que possuíam de Pedro e James, Mary e Jane tudo aquilo que era peculiar a cada uma delas, conservando tão-somente o que existe comum a todas. (LOCKE, 1997, p. 153).

Para Locke, pois, o processo de abstração consiste no ato de compararmos ideias de vários detalhes encontradas na experiência, observando suas semelhanças e

---

<sup>20</sup> HUME, 2009, p. 41.

diferenças, ignorando as últimas e conservando na nossa mente somente as anteriores como uma ideia geral abstrata que pode ser empregada na classificação de mais detalhes que encontramos. Resumidamente poderíamos dizer o seguinte sobre o processo de abstração em Locke:

O nosso espírito é passivo no receber as ideias simples. Mas, uma vez tais ideias recebidas, tem o poder de *operar de vários modos sobre elas*, particularmente combiná-las entre si, formando assim *ideias complexas*, bem como o poder de separar algumas ideias de outras a que estão ligadas (e, portanto, de abstrair), formando assim *ideias gerais*. (REALE/ANTISERI, 1990, p. 515).

Primeiramente é preciso dizer que Berkeley fez uma exceção a isso no *Tratado sobre os princípios*, achando que o argumento de Locke resulta da ideia de um humano que é colorido, mas não com uma cor específica, que tenha um tamanho e uma forma, porém sem um determinado tamanho e forma, etc. Segundo Berkeley, assim continua sua reflexão, ele nunca foi capaz, através da introspecção, de descobrir nenhuma ideia abstrata desta natureza, alegando que “a ideia de homem que formo para mim deve ser de um homem branco, negro, ou mulato; ereto ou curvado; alto, baixo ou de estatura mediana”.<sup>21</sup> Em seguida, o filósofo argumenta que não necessitamos disso, pois existiria uma explicação mais simples; permite que sejamos abstratos num determinado sentido. Todas as ideias são particulares. Uma determinada ideia pode ser usada para representar, de maneira geral, assim como um diagrama de um determinado triângulo pode ser usado para representar todos os triângulos ou quando um geômetra desenha uma linha num quadro negro, e considerada como uma representação de todas as linhas, mesmo que a linha em si seja particular e tenha qualidades definidas. Berkeley escreve “que uma palavra se torna geral ao ser convertida em sinal, não de uma ideia geral abstrata, mas de várias ideias particulares, qualquer uma das que ela indiferentemente sugere à mente”.<sup>22</sup> As ideias permanecem individuais, apesar de uma ideia individual poder funcionar como uma ideia geral. O argumento final de Berkeley se concentra na descrição de Locke da ideia abstrata de um triângulo, uma ideia que “não deve ser oblíquo, nem retângulo, nem equilátero e equicrural, nem escaleno; mas todos e

---

<sup>21</sup> BERKELEY, 2010, p. 39.

<sup>22</sup> BERKELEY, 2010, p. 42.

nenhum deles ao mesmo tempo”.<sup>23</sup> Berkeley pensa, por sua vez, que a ideia descrita por Locke representa um estado impossível de coisas, sendo, portanto, inconcebível, pois tudo aquilo que é impossível é, por consequência, inconcebível. “O que pode haver de mais fácil do que examinar um pouco os próprios pensamentos e ver se tem, ou se poder vir a ter, uma ideia que corresponda à descrição aqui dada da ideia geral de um triângulo que não é nem obliquângulo, nem retângulo, nem equilátero, nem isósceles, nem escaleno, mas todos e nenhum deles ao mesmo tempo?”.<sup>24</sup>

### **Negação da diferenciação entre qualidades primárias e secundárias**

Segundo Berkeley, alguns pensadores (Galileu, Descartes, Locke) estabelecem uma distinção entre qualidades primárias e qualidades secundárias. Por qualidades primárias entende-se “o que é no mundo absoluto, objetivo, imutável e matemático” e por qualidades secundárias aquilo “que é relativo, subjetivo, flutuante, sensorial”.<sup>25</sup> Se identificarmos as qualidades, como nos fala Locke como “efeitos produzidos mutuamente pelos corpos naturais”<sup>26</sup>, assim, as qualidades primárias seriam os poderes presentes nos objetos para produzir ideias de solidez, extensão, figura, movimento ou inércia, número, massa e textura, *seriam as partes reais dos objetos*, independentes da mente humana; as qualidades primárias são poderes existentes em corpos, que não só se assemelham às nossas ideias, sendo completamente inseparáveis do corpo em qualquer estado que estiver. As qualidades secundárias, por outro lado, são os poderes em objetos para produzir ideias de cores, sons, sabores e aromas; estas são qualidades dos objetos relacionadas à mente. Nossas ideias das qualidades secundárias não se assemelham a nada no objeto. Nossas ideias de cores, sons etc., não se assemelham às qualidades primárias, que são meramente poderes nos objetos para produzir em nós mais ideias dessas qualidades; e nem tais ideias se assemelham aos fundamentos destes poderes que são qualidades primárias das partículas mínimas. Berkeley debateu muito sobre essa distinção e descobriu que *a relatividade das ideias das qualidades secundárias se aplica igualmente às qualidades primárias*. Assim como a cor aparente de um objeto muda quando nossa percepção muda, também o fazem seu tamanho, forma, etc. Mais

---

<sup>23</sup> LOCKE, 1997, p. 256.

<sup>24</sup> BERKELEY, 2010, p. 45.

<sup>25</sup> BURTT, 1983, p. 67.

<sup>26</sup> LOCKE, 1997, p. 76.

ainda, os corpos não podem ser concebidos como tendo qualidades primárias, a menos que sejam considerados como tendo, pelo menos, qualidade secundárias.

Como se vê [...], a distinção entre qualidades secundárias e primárias está ligada a ideia de matéria distinta e existente independentemente do espírito que a percebe. Mas, na opinião de Berkeley, a existência de matéria independente da mente constitui a base do materialismo e do ateísmo, já que, admitida a existência da matéria, não é nada difícil reconhecê-la, contrariamente aos que pensavam Descartes, Newton e aqueles que neles se baseavam – como infinita, imutável e eterna. Desse modo, é exatamente nisso, ou seja, na negação da existência da matéria independente do espírito, que deve insistir uma apologética nova combativa e adequada aos novos tempos. (REALE/ANTISERI, 1990, p. 543).

Poderíamos dizer, então, que Berkeley se distancia sobremaneira das inconseqüências do pensamento lockeniano porquanto ele fundamenta a proposição de que tudo aquilo que nós representamos ou conhecemos, ou através de representação externa ou interna, ou com qualidades primárias ou qualidades secundárias, ou como ideia simples ou ideia composta, nos é dado somente como fenômeno de nossa mente, como estado de nosso espírito, uma espécie de conhecimento, pois, que mais tarde Schopenhauer chamará de representação.<sup>27</sup>

### **Negação da substância material ou o imaterialismo metafísico berkeleyniano**

Como vimos anteriormente, para Berkeley não existe nenhuma razão para diferenciarmos entre qualidades primárias e qualidades secundárias. O que vale para a cor e o sabor, vale também para a extensão e a solidez: todas essas qualidades existem na mente perceptiva; fora de nós elas não são nada. Uma coisa nada mais é do que uma soma constante de percepções na mente. E isso também não é diferente em relação à substância material. Para Descartes, por exemplo, se o cogito é uma *res cogitans*, a matéria seria uma *res extensa*, ou seja, uma substância extensa. A extensão seria um modo ou um acidente da matéria; a matéria é o substrato que sustenta a mesma. “Por matéria [...] devemos entender uma substância inerte, inanimada, na qual extensão,

---

<sup>27</sup> Cf. SCHOPENHAUER, 2005, p. 43.

figura e movimento realmente subsistem”.<sup>28</sup> Mas, assim pergunta Berkeley, o que significa realmente dizer que a matéria ‘suporta’ seus acidentes?

Evidentemente, não devemos tomar aqui a palavra *suportar* em seu sentido habitual ou literal, como quando dizemos que os pilares suportam um edifício. Em que sentido, pois, deve ser tomada? Se investigarmos o que os filósofos mais precisos declaram que entendem por *substância material*, descobriremos que admitem que não há outro significado vinculado a essas palavras a não ser a ideia de ser em geral, junto com a noção relativa de suportar acidentes. A ideia geral de ser é, para mim, a mais abstrata e incompreensível de todas; e quanto a suportar acidentes, acabamos de ver que isso não pode ser entendido no sentido comum dessas palavras; elas devem, portanto, ser tomadas em algum outro sentido, embora eles não expliquem qual. De modo que, quando considero as duas partes ou divisões que compõem o significado das palavras *substância material*, me convenço de que não há nenhum significado diferente anexado a elas. Mas para que nos preocuparmos ainda em discutir esse *substratum* material ou suporte da figura e do movimento e das demais qualidades sensíveis? Não se supõe que estas têm uma existência fora da mente? E não é isso uma contradição evidente e completamente inconcebível? (BERKELEY, 2010, p. 67-68).

Para Berkeley, pois, não há distinção entre qualidades primárias e qualidades secundárias: ambas estão na mente, e sem a mente elas não seriam nada. Neste sentido, também o termo *substância material* é privado de sentido. Poderíamos até admitir que substâncias sólidas, dotadas de forma e movimento, pudessem existir fora da mente; mas, assim pergunta Berkeley, como é que poderíamos saber disso?

Ou sabemos por meio dos sentidos ou por meio da razão. Quanto aos sentidos, por meio deles temos conhecimento apenas de nossas sensações, ideias ou daquilo – como quer que se chamem – que é imediatamente percebido pelos sentidos. Mas eles não nos informam que existem coisas fora da mente, ou impercebidas, semelhantes às que são percebidas. Isso os próprios materialistas percebem. (BERKELEY, 2010, p. 68).

*O conhecimento das coisas externas possui relação absoluta com a mente. A mente infere a existência da coisa daquilo que ela percebe através dos sentidos. Mas como nossos sonhos ou, inclusive a loucura, mostram que são acontecimentos internos na nossa mente, assim não existe nenhuma necessidade de que nossas sensações dependam de coisas externas; desta forma “é evidente que não é necessário supor que existem corpos externos para a produção de nossas ideias, visto que se admite que às*

---

<sup>28</sup> BERKELEY, 2010, p. 63.

vezes elas são produzidas, e poderiam talvez ser produzidas sempre da mesma ordem em que as vemos atualmente, sem a sua participação”.<sup>29</sup>

Portanto, para Berkeley, é impossível que existam objetos independentes da mente; se assim o fizéssemos, ou seja, se admitíssemos objetos existindo inconcebidos e impensados, isso manifestaria declaradamente uma contradição. “Quando nos empenhamos ao máximo para conceber a existência dos corpos externos, estamos o tempo todo somente contemplando nossas ideias”.<sup>30</sup> Desta forma, o filósofo conclui que seriam impossível admitirmos a existência independente de objetos sensíveis em si ou fora da mente: “a existência independente de coisas não pensantes são palavras sem sentido ou que encerram uma contradição”.<sup>31</sup>

### **O grande princípio da metafísica berkeleyana: *esse est percipi***

Para Berkeley, tudo existe apenas na mente pensante, assim que somente as ideias são os objetos de nosso conhecimento. Ou dito de outro modo, as ideias se reduzem a sensações, e as sensações são sempre concretas e individualizadas; ideias abstratas são, pois, ilusões. Também é errônea a distinção entre qualidades primárias e qualidades secundárias. Não menos absurdo é a afirmação da existência de um substância material. Berkeley conclui pois: “não há nenhuma outra substância a não ser o *espírito*, ou aquele que percebe. [...] ter uma ideia é o mesmo que perceber”.<sup>32</sup> Dessa forma, conforme o imaterialismo metafísico berkeleyano,

[...] além de toda essa interminável variedade de ideias ou objetos do conhecimento, existe também algo que os conhece ou percebe e que executa diversas operações relativamente a eles, como querer, imaginar ou recordar. Esse ser ativo, perceptivo, é o que chamo de *espírito*, *alma* ou *eu*. Por meio dessas palavras não denoto nenhuma de minhas ideias, mas algo inteiramente diferente delas, na qual elas existem, ou, o que é a mesma coisa, por meio do qual elas são percebidas, pois a existência de uma ideia consiste em ser percebida. (BERKELEY, 2010, p. 58).

---

<sup>29</sup> BERKELEY, 2010, p. 69.

<sup>30</sup> BERKELEY, 2010, p. 72.

<sup>31</sup> BERKELEY, 2010, p. 73.

<sup>32</sup> BERKELEY, 2010, p. 61.

Não existe nenhuma existência de coisas impensadas; as coisas só são na relação com a percepção do indivíduo, de modo que, “não é possível que [as coisas] tenham alguma existência fora da mente ou das coisas pensantes que a percebam”; “seu *esse est percipi*”<sup>33</sup> – *ser significa ser percebido ou poder ser percebido*. Berkeley entende, pois, que a cadeira na sala vazia ao lado somente se torna (novamente) existente, quando alguém adentra-a ou a possa olhar. Naquilo que nós chamamos de mundo nada mais existe do que a mente pensante ou as ideias nele existentes. Tal perfil gnosiológico, que verdadeiramente só deixa existir a mente e suas ideias e que questiona nosso direito de aceitar uma realidade fora da mesma, poderíamos chamar de *um idealismo dogmático* e se diferenciaria daquele idealismo problemático de Descartes.<sup>34</sup>

[...] nem nossos pensamento, nem as paixões, nem as ideias formadas pela imaginação existem fora da mente é o que todos admitirão. [...] as várias sensações ou ideias impressas sobre os sentidos, por mais misturadas ou combinadas umas com as outras (isto é, quaisquer que sejam os objetos que componham), não podem existir de outro modo senão em uma mente que as perceba. (BERKELEY, 2010, p. 58).

A proposição *ser significa ser percebido* ou *ser significa ser representado*: podemos considerá-la como uma das descobertas fundamentais da filosofia moderna, de Descartes a Berkeley, e talvez, como nos sugerem alguns comentadores, de Kant.<sup>35</sup> Como diz Schopenhauer: “Nova essa verdade não é. Ela já se encontrava nas considerações céticas das quais partiu Descartes. Berkeley, no entanto, foi o primeiro que a expressou decididamente, e prestou assim um serviço imortal à filosofia”.<sup>36</sup> Reale e Antiseri consideram que essa também seria uma verdade antiga, “como testemunha a filosofia vedanta, para a qual, ‘existência’ e ‘perceptibilidade’ são termos convertíveis entre si”.<sup>37</sup>

Para concluirmos as reflexões sobre o grande princípio da metafísica berkeleyana *esse est percipi* ouçamos as seguintes palavras do filósofo: “assim como é impossível ver ou sentir algo sem uma sensação efetiva dele, também é impossível

---

<sup>33</sup> BERKELEY, 2010, p. 72.

<sup>34</sup> Cf. KANT, 1994, p. 243; ABBAGNANO, 2003, p. 523.

<sup>35</sup> Cf. DUDLEY, 2013, p. 78.

<sup>36</sup> SCHOPENHAUER, 2005, p. 44.

<sup>37</sup> REALE/ANTISERI, 1990, p. 547.

conceber em meus pensamentos alguma coisa sensível ou objeto diferente de sua sensação ou percepção”.<sup>38</sup>

### **Deus e as leis da natureza**

Se tudo existe somente na mente: Qual a diferença que ainda poderíamos estabelecer entre o sol que vejo no céu, o sol que está presente no meu sonho a noite e o sol que eu posso representar segundo o meu próprio gosto neste momento, sem que eu o veja? Berkeley não nega, é lógico, de forma alguma, essas diferenças; elas existem, segundo ele, da seguinte forma: no sol que é visto ‘agora’, a representação (ou ideia) se apresenta, do mesmo modo, a todas as mentes; no sol do sonho, ela se apresenta somente a uma, a minha própria mente; e no sol representado ‘a gosto’ a representação se apresenta somente a uma mente, quanto esse o quiser representá-lo.

Mas poderíamos ainda perguntar: Qual seria, então, o *fundamento* da representação do sol no primeiro caso, de modo que poderíamos supor que ele está constante e permanentemente presente em todas as mentes humanas? Um sol existente ‘verdadeiramente’ fora da mente – de fato, segundo aquilo que expusemos anteriormente, para Berkeley ele nem existiria – não poderia ser a causa, o fundamento, pois só se pode dar aquilo que já se tem; que o sol tenha representações ou ideias e, dessa forma, possa dá-las as mentes: isso não é aceito nem por aqueles que acreditam num ‘verdadeiro’ sol fora da mente. Ideias podem somente ser dadas a um espírito a partir de um *fundamento* ou *causa* no qual as ideias já estão presentes, ou seja, por um espírito pensante, por Deus.

Quando em plena luz do dia abro meu olhos, não está em meu poder decidir se verei ou não, ou determinar que objetos em particular se apresentarão à minha vista; e assim igualmente quanto à audição e aos outros sentidos: as ideias impressas neles não são produtos [*creatures*] da minha vontade. Existe, portanto, alguma outra vontade ou espírito que as produz. (BERKELEY, 2010, p. 76).

---

<sup>38</sup> BERKELEY, 2010, p. 60.

Já que Deus é imparcial, dá a todos os espíritos a mesma ideia, e já que Deus é imutável, lhes dá sempre do mesmo modo. O sol, cuja ideia me é dada por Deus, pode ser visto de fato como ‘algo’, como um objeto ‘fora’ de nós, como uma ‘coisa em si’, pois ele conserva sua existência, mesmo quando eu fecho os olhos, ou ele existe na mente de outros espíritos, a quem Deus concede essa ideia como a mim. Com a constância e regularidade nas nossas representações, existe aquilo que equivocadamente, se vistas de forma absoluta, se chamam de leis da natureza. Essas nada mais são que as leis segundo as quais Deus une as ideias em todas as mentes. Nossas expectativas que estão na base das leis da natureza, de modo que as mesmas representações aparecerão também no futuro com a mesma regularidade e associação - que, por exemplo, a representação ‘relâmpago’ seguirá a representação ‘trovão’ - fundamenta-se na nossa convicção da imutabilidade da vontade divina.

As ideias dos sentidos são mais fortes, vívidas e distintas que as da imaginação. Elas tem também uma estabilidade, ordem e coerência e não são suscitadas ao acaso - como muitas vezes acontece no tocante àquelas que são efeito da vontade humana -, mas numa sequência ou série regular, cuja admirável testemunha suficientemente a sabedoria e a benevolência de seu autor. No entanto, as regras fixas ou os métodos estabelecidos, dos quais a nossa mente depende para suscitar em nós as ideias do sentidos, são chamados de Leis da Natureza, e estas nós aprendemos pela experiência, que nos ensina que tais e tais ideias são acompanhadas por tais e tais outras ideias no curso ordinário das coisas. (BERKELEY, 2010, p. 76).

Assim sendo, já que Deus está acima de nós e já que seu pensamento para nós humanos não é inteligível, não podemos saber antecipadamente (*a priori*) nada sobre essas leis da natureza ou desvendá-las através de uma dedução lógica. Nós somente podemos conhecê-las através da observação, da experiência, ou seja, *a posteriori*. Desta forma, compreendemos, finalmente, o ajuntamento da metafísica idealista de Berkeley com a tradição empirista inglesa.

### **Considerações finais**

Tanto racionalistas como Descartes, Espinosa, Leibniz como também empiristas como Locke, Berkeley, Hume foram concordes acerca da proposição que mais tarde Schopenhauer deu início a sua obra principal *O mundo como vontade e como*

*representação: O mundo é minha representação.* Esse resultado epistemológico alcançado com o esforço pressuposto de toda reflexão filosófica pode ser tido como a realização principal da filosofia europeia no séc. XVII. Mas é claro que para alcançar esse resultado os racionalistas trilharam caminhos diferentes daqueles percorridos pelos empiristas, ou seja, cada partido filosófico chegou ao mesmo resultado, mesmo partindo de pressupostos, de guias de pensamentos e de conclusões diferentes.

Na nossa pesquisa, desenvolvemos as ideias principais relacionadas à metafísica idealista do pensador irlandês Georg Berkeley, tido como o mais paradoxal e o mais profundo empirista de todos os tempos e cuja reflexão filosófica acerca do princípio filosófico idealista *esse est percipi* revolucionou a história da gnosiologia moderna e contemporânea.<sup>39</sup>

Desta forma, tornou-se evidente a importância da metafísica idealista de Berkeley na formação posterior do pensamento ocidental, sobremaneira do idealismo alemão, começando pelo idealismo transcendental de Kant, passando pelo idealismo subjetivo de Fichte e Schelling e chegando ao idealismo absoluto de Hegel. Foi essa a motivação principal que nos impulsionou durante todo o desenvolvimento de nossa pesquisa e durante o tempo utilizado para que chegássemos à apresentação das ideias aqui expostas e que certamente nos proporcionam um instrumentário de reflexão que poderá ser utilizado nos nossos futuros estudos filosóficos.

---

<sup>39</sup>Cf. REALE/ANTISERI, 1990, p. 532.

## **ABSTRACT**

The work that follows is entitled Berkeley's idealist metaphysics. In it we propose to know better the philosophical thought of Berkeley, that is to say, its dogmatic idealism. Firstly we will emphasize in our research the metaphysical foundations that revolutionized modern science, and then analyze the repercussion that this also had in the field of the formation of the modern philosophy. Finally, through a more detailed analysis of the larger work of the Irish philosopher entitled Treatise on the Principles of Human Knowledge, we will discuss the main theses of Berkeley's idealist metaphysics following respectively the following theses: negation of abstract ideas, denial of differentiation between primary qualities and secondary qualities, denial of the idea of material substance or the metaphysical immaterialism of Berkeley, the great principle of Berkeley's metaphysics: *esse est percipi* and God and the laws of nature. The work is concluded with some considerations about the research topic.

**Keywords:** Berkeley; Metaphysics; Idealism.

## **Referências**

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BERKELEY, G. **Obras filosóficas**. São Paulo: UNESP, 2010.

BURTT, E. A. **As bases metafísicas da ciência moderna**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

CONTE, J. **Apresentação**. In: BERKELEY, G. *Obras filosóficas*. São Paulo: UNESP, 2010, p. 7-8.

COVENTRY, A. M. **Comprender Hume**. Petrópolis: Vozes, 2009.

DUDLEY, W. **Idealismo alemão**. Petrópolis: Vozes, 2013.

GALILEU, G. **Opere complete**. Florença, 1842.

HEGEL, G.W.F. **Werke in 20 Bänden**. Frankfurt amMain: Suhrkamp, 1993.

HUME, D. **Tratado da natureza humana**. São Paulo: UNESP, 2009.

KANT, I. **KantsWerke**. Akademie Textausgabe. Band IV. Berlin: Walter de Gruyter, 1968.

\_\_\_\_\_. **Crítica da razão pura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulberkian, 1994.

LOCKE, J. **Ensaio acerca do entendimento humano**. São Paulo: Nova Cultural,, 1997 (Os Pensadores).

MARCONDES, D. **O empirismo inglês**. In: REZENDE, A. Curso de filosofia para professores e alunos dos cursos de segundo grau e de graduação. 11. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2002, p. 117-126.

REALE, G / ANTISERI, D. **História da Filosofia**. Do humanismo a Kant (Vol. II). São Paulo: Paulinas, 1990.

SCHOPENHAUER, A. **O mundo como vontade e como representação**. São Paulo: UNESP, 2005.